



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 153468-1/01

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S.A

Embargado: Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA - IMPOSSIBILIDADE - FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO - PREQUESTIONAMENTO - MATÉRIAS JÁ TRATADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO - PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.
2. Reexame da matéria decidida com a mera intenção de propiciar revisão do julgado é incompatível com a função integrativa do recurso.
3. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedente do STJ.
4. Por não padecer de nenhum vício a decisão combatida, não merece prosperar a irresignação da embargante.
5. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração nº 153468-1/01 em que figuram como Embargante Banco do Nordeste do Brasil S.A e como Embargado Banco do Nordeste do Brasil S.A, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, rejeitou-se os embargos nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26.5.13

Eduardo Sertório
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 153468-1/01

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S.A

Embargado: Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

O feito originário trata de ação monitória proposta pelo Banco do Nordeste contra a Companhia Maranhense e Agropecuária Jaçanã em razão do inadimplemento de escritura particular de debêntures contratada entre os litigantes.

A sentença originária julgou procedente em parte os pedidos formulados pelo Banco, no sentido de:

- i) declarar nula a cláusula que prevê juros remuneratórios em 14%, devendo o índice ser de 12% ao ano;
- ii) excluir a capitalização composta de juros remuneratórios ocorrida mensalmente para que seja efetuada apenas anualmente;
- iii) afastar a incidência da multa moratória e dos juros de mora;

Por fim, determinou o prosseguimento da ação monitória com a apuração do débito mediante cálculo aritmético, excluindo as verbas reputadas indevidas, constituindo o título executivo judicial acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Este juízo proferiu decisão terminativa nos apelos interpostos por ambas as partes (fls. 162/164), no sentido de manter a sentença.

Contra a referida terminativa o Banco do Nordeste interpôs Recurso de Agravo, baseando-se em três pontos centrais:

- (a) serem devidos os juros remuneratórios de 14% ao ano, nos termos da lei 10.177/2001, em razão da empresa devedora/agravada ser de grande porte.
- (b) não haver proibição de instituições financeiras capitalizar os juros, nos termos da súmula 596 do STF.
- (c) ser devida a multa convencional de 10% em virtude da mora.

Tal Recurso de Agravo foi julgado pela Terceira Câmara (fls. 19/23), lavrando-se a seguinte ementa:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO MONITÓRIA. ESCRITURA PARTICULAR DE 4ª EMISSÃO E SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES. JUROS REMUNERATÓRIOS DE 12% AO ANO. BENEFÍCIO LEGAL E CONTRATUAL PARA AS EMPRESAS. ART. 5º, PARÁGRAFOS 10 E 11, DA LEI 8.167/91, COM A REDAÇÃO DADA PELO ART. 4º DA MP 2.199/2001 E ART. 1º DA LEI 10.177/2001. REVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS COM BASE EM EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO PORTE - CLÁUSULA 04. IMPOSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM VIRTUDE DE AUSÊNCIA DE EXPRESSA PACTUAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DE MULTA CONVENCIONAL POR AUSÊNCIA DE MORA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1- Reconhecida a existência de condições especiais previstas legalmente para a pactuação em tela, beneficiando as empresas litigantes com a equiparação como sendo de médio porte no tocante a revisão dos encargos financeiros, é de ser mantido em 12% os juros remuneratórios. Apesar de se contrapor, não elucida o banco agravante a razão da existência no contrato de previsão expressa (cláusula 4) informando que a revisão dos encargos financeiros para remuneração das debêntures em tela "serão equivalentes aos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exigidos nos casos de empreendimentos de médio porte".

2 - Impossibilidade de capitalização mensal dos juros remuneratórios no caso, por não haver cláusula expressa no contrato entabulado nos autos prevendo tal hipótese, devendo, pois, ser mantida a decisão agravada.

3 - Indevida a cobrança da multa convencional de 10% em virtude da mora, considerando a existência de justificativa na resistência no pagamento do débito ante a cobrança de adicionais ao valor devido.

4 - Agravo a que se nega provimento.

Enfim, contra o citado acórdão interpõe o Banco do Nordeste os presentes embargos de declaração (fls. 29/33) visando a reforma da decisão recorrida alegando ter havido omissão sobre os seguintes pontos:

- 1) renegociação de dívida resultante do alongamento dos débitos;
- 2) inadimplência da empresa com o finor;
- 3) legalidade dos juros de 14% ao ano;
- 4) qualificação da empresa como de grande porte;
- 5) inexistência de proibição de capitalização de juros.

Contrarrrazões da Companhia Maranhense e outro (fls. 46/50): defende a manutenção da decisão proferida por não haver omissão no julgado.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 26.5.13.

EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 153468-1/01

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S.A

Embargado: Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Em suas razões recursais, o Banco do Nordeste alega ter havido omissão sobre os seguintes pontos:

- 1) renegociação de dívida resultante do alongamento dos débitos;
- 2) inadimplência da empresa com o finor;
- 3) legalidade dos juros de 14% ao ano;
- 4) qualificação da empresa como de grande porte;
- 5) inexistência de proibição de capitalização de juros.

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição e/ou omissão.

O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão de matéria apreciada, tendo em vista já ter sido considerada por este juízo todas as questões relativas ao objeto dos autos.

Não existe qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão proferido, já havendo manifestação expressa rechaçando a pretensão do Banco embargante.

Transcrevo trecho tanto da decisão terminativa (fls. 162/164) quanto da voto do Recurso de Agravo (fls. 19/23) proferidos no caso, para demonstrar o enfrentamento das questões aduzidas:

Em relação aos pontos 1 e 2 destacados pelo Banco, pertinentes a mora da empresa embargada, assim me manifestei:

(...) (c) ser devida a multa convencional de 10% em virtude da mora.

C) SER CABÍVEL A MULTA CONVENCIONAL POR TER HAVIDO A CONFISSÃO DO DÉBITO:

Acerca da questão restou detalhadamente descrito na sentença o excesso na cobrança de valores por parte do Banco do Nordeste, justificando a resistência do devedor em quitar a dívida.

Assim, havendo a incidência de adicionais ao débito levando o montante para patamar superior ao realmente devido não é legítima a cobrança, não se caracterizando a mora¹, justificando a manutenção do julgado recorrido.

(...) **Acerca do ponto (c)**, sobre a cobrança da multa convencional de 10% em virtude da mora, não há razão para se modificar a sentença, considerando a justificativa da resistência no pagamento do débito ante a cobrança de adicionais ao valor devido.

Trago outro julgado manifestando-se sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. ENCARGOS ILÍCITOS. COBRANÇA INDEVIDA. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. MANIFESTA INADMISSÃO. MULTA. ARTIGO 557, § 2º, DO CPC. NÃO PROVIMENTO.

1. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora." (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009) (AgRg no REsp 1225554/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2011, DJe 19/12/2011)(grifos)

Pelas razões apresentadas não há motivo para reforma da decisão agravada neste ponto, tendo em vista a inexistência de mora havendo cobrança em excesso para o devedor.

Dessa forma, não há razão para ser reformada a decisão terminativa recorrida

Os pontos 3 e 4 restaram aboradados nos seguintes termos:

(...) **(a) juros remuneratórios de 14% ao ano, nos termos da lei 10.177/2001, em razão da empresa devedora/agravada ser de grande porte. (...)**

A) SER DEVIDA A COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS DE 14%:

No tocante a questão entendeu a magistrada sentenciante declarar nula a cláusula que prevê juros remuneratórios em 14%, devendo o índice ser de 12% ao ano, tendo em vista à existência de norma específica a regular a matéria (lei 10.177/2001).

O referido percentual de 12% foi destinado ao FINOR e encontra-se disciplinado no artigo 1º, II, c da citada lei, aplicando-se às empresas de médio porte², como é caracterizada a Companhia Maranhense e a Agropecuária Jaçanhã na cláusula 4 da debênture contratada.

Assim, não há razão para ser modificada a sentença, sendo legítima a cobrança dos juros remuneratórios no percentual de 12%.

¹CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LIMITADOR. TAXA PACTUADA. COBRANÇA DE ENCARGOS EXCESSIVOS. MORA. DESCARACTERIZAÇÃO.(...)

III - A descaracterização da mora em virtude da cobrança excessiva de encargos harmoniza-se com a orientação adotada pela Segunda Seção deste Tribunal.
Agravamento interno ao que se nega provimento." (AgRg no REsp 729.068/RS, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, julgado em 02.08.2005, DJ 05.09.2005)(grifos)

² Lei 10177/01 | Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes: Citado por 39 II - operações industriais, agro-industriais e de turismo:

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

210

(...) **No tocante ao ponto (a)** a respeito dos juros remuneratórios de 14% ao ano, nos termos da lei 10.177/2001, defende o banco agravante as empresas serem de grande porte, não devendo ser declarada nula a cláusula 3 do instrumento contratual firmado.

Ora, a decisão judicial proferida pela magistrada de piso, e mantida por este juízo, baseou-se na existência de condições especiais previstas legalmente para a pactuação em tela, beneficiando as empresas, Companhia Maranhense e Agropecuária Jaçanã, com a equiparação como sendo de médio porte no tocante a revisão dos encargos financeiros, estabelecendo em 12% os juros remuneratórios (cláusula 4 - fl. 07).

Transcrevo trecho da sentença nesse ponto:

(...) a cláusula subsequente, de número 04, aduz que a revisão de tais encargos dar-se-á nos termos do art. 5º, parágrafos 10 e 11, da lei 8.167/91, com a redação dada pelo art. 4º da MP 2.199/2001, ficando assegurado que os mesmos serão equivalentes aos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exigidos nos casos de empreendimentos de médio porte.

(...) 12% ao ano (art. 1º, II, alínea c), situação esta aplicável ao caso vertente, na medida em que na cláusula de número 04 da escritura particular de debênture restou estipulado que a revisão dos encargos financeiros será equivalente aos dos Fundos constitucionais de Financiamento, **exigidos nos casos de empreendimentos de médio porte.**

Dessa forma, nos termos do contrato firmado (fl. 07 dos autos apenso) restaram beneficiadas as empresas com o enquadramento como de médio porte no tocante aos encargos financeiros, nos termos da cláusula 4, destacando-se a legislação no texto do dispositivo.

Ademais, nas razões do presente Recurso de Agravo apenas afirma o banco não haver declaração de que as empresas sejam de médio porte. **Porém, não explica o banco a razão da existência no contrato de previsão expressa (cláusula 4) informando que a revisão dos encargos financeiros para remuneração das debêntures "serão equivalentes aos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exigidos nos casos de empreendimentos de médio porte".** Diante das razões formuladas não entendo haver razão para modificar a decisão proferida neste particular.

A respeito do ponto 5, transcrevo teor da decisão embargada:

(...) **(b) não haver proibição de instituições financeiras capitalizar os juros, nos termos da súmula 596 do STF.**

B) NÃO SER PROIBIDA A CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS MENSAL PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS;

Entendeu a juíza singular haver proibição legal na cobrança de juros capitalizados de forma composta, nos termos do decreto 22.626/33 e da súmula 121 do STF.

Com relação a capitalização mensal de juros, de igual modo, não poderá ser admitida, visto que, segundo recente entendimento da Segunda Seção do STJ, apenas admite-se a capitalização de juros de forma anual, segundo se verifica no seguinte julgado:

CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA TURMA PROLATORA DO ARESTO COLACIONADO

COMO PARADIGMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 168/STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA IMPROVIDOS.

1. Nos contratos bancários de abertura de crédito em conta-corrente, celebrados com instituições financeiras, é lícita a cláusula contratual que prevê a capitalização anual dos juros (art. 4º do Decreto n. 22.626/33).(…)

(EREsp 1014509/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 19/11/2010)

A doutrina assim se manifesta sobre a matéria:

No que concerne à capitalização dos juros, o art. 5º da MP n. 2.170-36/2001 admitia a prática do anatocismo com periodicidade inferior a um ano. Todavia, a parte final do artigo em exame permite somente a capitalização anual, sendo revogada a referida medida provisória. Aliás, a vedação à contagem de juros dos juros mensais ou semestrais já era referida na Lei de Usura – Decreto n. 22.626/33-, bem como na Súmula n. 121 do Supremo Tribunal Federal.³

Dessa forma, não há razão para modificar o julgado monocrático neste particular.

(…)

A respeito do ponto (b) sobre a capitalização mensal dos juros remuneratórios alega o banco agravante ser permitido a capitalização mensal dos juros para instituição financeira.

Restou consignado na decisão terminativa agravada (fls. 162/164 dos autos apenso) a impossibilidade de capitalização mensal dos juros no presente caso.

Em detida análise do inteiro teor do voto transcrito na decisão terminativa agravada verifica-se a possibilidade de capitalização mensal de juros havendo expressa pactuação para contratos posteriores a 31.03.2000 data em que ocorreu a publicação da Medida Provisória n. 1.963-17.

Cito:

(…) Ressalto que esta Eg. Segunda Seção, quando do julgamento do Resp 602.068/RS, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, manifestou-se acerca da aplicabilidade do art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, ao entendimento de ser possível a **capitalização mensal** dos juros nas operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após 31/01/2000, data da publicação da primeira medida provisória com previsão dessa cláusula (art. 5º da MP 1.963/200)(…)

EREsp 1014509/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 19/11/2010.

Ocorre que o contrato objeto do presente litígio (fl. 06/11) não há cláusula prevendo a hipótese de capitalização mensal dos juros remuneratórios, razão pela qual não se amolda ao atual entendimento da citada Corte de Justiça.

Transcrevo precedente do STJ sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - REVISIONAL - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO - ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMÔNIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17, DE 30 DE MARÇO DE 2000 (reeditada pela MP Nº 2.170-36/2001) - AUSÊNCIA DE PRÉVIA PACTUAÇÃO. COMISSÃO DE

³ Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência. Coordenador Cezar Peluso.-3ed. Ver. E atual.-Barueri, SP:Manoel, 2009.

5x

PERMANÊNCIA. COBRANÇA PERMITIDA DESDE QUE NÃO CUMULARA COM JUROS MORATÓRIOS. COMPENSAÇÃO DE VALORES E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PERMITIDA, DESDE QUE HAJA O PAGAMENTO INDEVIDO. FUNDAMENTOS DO NOVO RECURSO INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no Ag 1399093/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 25/06/2012)(grifos)

E mais:

(...) A jurisprudência desta eg. Corte pacificou-se no sentido de que a cobrança de capitalização mensal de juros é admitida nos contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja, 31/3/2000, desde que expressamente pactuada. (AgRg no REsp 1094404/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 03/09/2012)(grifos)

Verifica-se no contrato, apenas, a previsão de juros moratórios, na cláusula 13, de 1% ao mês, não restando estabelecido na pactuação a hipótese de capitalização mensal de juros remuneratórios, estando, com isso, em desconformidade com o entendimento jurisprudencial da necessidade de expressa previsão no contrato.

É de se destacar que, neste ponto, o presente Recurso de Agravo não apresenta qualquer afirmação nova sobre a matéria, sendo reprodução da alegação genérica de possibilidade de capitalização mensal de juros trazida no recurso apelatório às fls. 118/119 dos autos em apenso.

Em definitivo, não se manifesta o banco ressaltando a previsão contratual para incidência de capitalização mensal de juros remuneratórios no contrato em evidência, devendo, pois, ser mantida a decisão agravada.

Sendo assim, não há como modificar a decisão terminativa recorrida diante da impossibilidade de capitalização de juros no contrato do caso em tela.

É visível ter sido apreciado o cerne da controvérsia na decisão embargada, restando englobada todas as questões inerentes ao caso.

Desse modo, verifica-se, no presente caso, apenas o inconformismo do embargante, quanto às razões que formaram o convencimento desta relatoria, usadas como fundamentação da decisão embargada, não se podendo falar em qualquer vício da mesma.

Percebe-se a intenção do recorrente, sob o argumento de omissão, pleitear a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos de declaração.

Portanto, a revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a insatisfação da embargante.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica dos arestos adiante, da relatoria dos Desembargadores Sílvio de Arruda Beltrão e Fernando Ferreira:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO,

CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão)(original sem destaques).

E mais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto TEREM SIDO APRECIADOS COM SUFICIÊNCIA, CLAREZA E HARMONIA OS ELEMENTOS DO PROCESSO REALMENTE RELEVANTES PARA SUPORTE DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUESTIONADO, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo. (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008)(original sem destaques).

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado no seguinte julgado:

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.

2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.(omissis)

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ) (original sem destaques).

Logo, por não padecer de nenhum vício a decisão guerreada, não há sustentáculo para as alegações do embargante.

Com efeito, é de se verificar terem sido apreciadas as questões centrais do feito, e, a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão, sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, **admite-se o prequestionamento implícito, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009). (original sem destaques)

Assim sendo, a matéria já se encontra enfrentada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

Ademais, se o embargante não se conforma com os termos do julgado deve manejar o recurso de reforma que entender cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Desse modo, a via dos embargos de declaração não se prestam à rediscussão da decisão recorrida, não se justificando, portanto, a reforma do julgado proferido por este juízo.

Dessa forma, **rejeito** os presentes embargos de declaração, mantendo-se o acórdão recorrido em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28.9.13

EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR